

**REGIMENTO INTERNO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
MIRASSOLÂNDIA-SP.**

**-SAULO MARQUES DA SILVA-  
Resolução n.º 064 de 21 de junho 1991**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

## **ÍNDICE SISTEMÁTICO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA (Resolução nº.64, de 21 de junho de 1.991”**

### **TÍTULO I Da Câmara Municipal**

<b>CAPÍTULO I - Disposições Preliminares - arts. 1º. a 5º. ....</b>	<b>- 01</b>
<b>CAPÍTULO II - Da Instalação - arts. 6º. a 7º. ....</b>	<b>- 02</b>

### **TÍTULO II Dos Órgãos da Câmara Municipal**

<b>CAPÍTULO I - Da Mesa - arts. 8º. a 11.....</b>	<b>- 03</b>
Da Eleição da Mesa - arts. 12 a 16.....	- 04
Da Renúncia e da Destituição da Mesa - arts. 17 a 20.....	- 04
Do Presidente - arts. 21 a 27.....	- 05
Do Vice-Presidente - art. 28.....	- 07
Dos Secretários - arts. 29 e 30.....	- 07
<b>CAPÍTULO II - Das Comissões - arts. 31 a 33.....</b>	<b>- 08</b>
Das Comissões Permanentes - arts. 34 a 41.....	- 08
Do Presidente e do Vice-Presidente das Comissões Permanentes - arts. 42 a 44.....	- 09
Das Reuniões - arts. 45 a 48.....	- 10
Dos Pareceres - arts. 49 a 51.....	- 11
Das Comissões Temporárias - arts. 52 a 56.....	- 11
<b>CAPÍTULO III - Do Plenário - arts. 57 a 59.....</b>	<b>- 12</b>
<b>CAPÍTULO IV - Da Secretaria Administrativa - arts. 60 a 62.....</b>	<b>- 12</b>

### **TÍTULO III Dos Vereadores**

<b>CAPÍTULO I - Do Exercício do Mandato - arts. 63 a 69.....</b>	<b>- 13</b>
<b>CAPÍTULO II - Da Posse, da Licença e da Substituição - arts. 70 a 72.....</b>	<b>- 15</b>
<b>CAPÍTULO III - Dos Subsídios - art. 73.....</b>	<b>- 16</b>
<b>CAPÍTULO IV - Das Vagas - art. 74.....</b>	<b>- 16</b>
Da Perda do Mandato - arts. 75 e 76.....	- 16
<b>CAPÍTULO V - Dos Líderes e Vice-Líderes - arts. 77 e 78.....</b>	<b>- 16</b>

### **TÍTULO IV Das Sessões**

<b>CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares - arts. 79 a 87.....</b>	<b>- 17</b>
Das Sessões Legislativas Ordinárias - art. 89.....	- 18
Do Expediente - arts. 90 a 92.....	- 18
Da Ordem do Dia - arts. 93 a 96.....	- 19
Da Sessão Legislativa Extraordinária - arts. 97 e 98.....	- 20

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

---

Das Sessões Solenes - art. 99.....	- 20
Das Atas - art. 100.....	- 21

## **TÍTULO V**

### **Das Proposições e sua Tramitação**

<b>CAPÍTULO I</b> - Disposições Preliminares - arts. 101 a 108.....	- 21
<b>CAPÍTULO II</b> - Dos Projetos - arts. 109 a 116.....	- 23
<b>CAPÍTULO III</b> - Das Indicações - art. 117.....	- 25
<b>CAPÍTULO IV</b> - Dos Requerimentos - arts. 118 a 122.....	- 25
<b>CAPÍTULO V</b> - Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas - arts. 124 a 129.....	- 27
<b>CAPÍTULO VI</b> - Dos Recursos - art. 130.....	- 28
<b>CAPÍTULO VII</b> - Da Retirada de Proposição - art. 131.....	- 28

## **TÍTULO VI**

### **Dos Debates e das Deliberações**

<b>CAPÍTULO I</b> - Disposições Preliminares - arts. 132 a 137.....	- 28
Dos Apartes - art. 138.....	- 29
Dos Prazos - art. 139.....	- 30
Do Adiamento - art. 140.....	- 30
Do Encerramento - art. 141.....	- 30
<b>CAPÍTULO II</b> - Das Dotações	
Disposições Preliminares - arts. 142 a 149.....	- 31
Do Processo de Votação - arts. 150 e 151.....	- 32
Da Verificação - arts. 152 a 154.....	- 33

## **TÍTULO VII**

### **Elaboração Legislativa Especial**

<b>CAPÍTULO I</b> - Dos Códigos - arts. 155 a 158.....	- 33
<b>CAPÍTULO II</b> - Do Orçamento - arts. 159 a 167.....	- 33
<b>CAPÍTULO III</b> - Da Tomada de Contas do Prefeito e Mesa - arts. 168 a 173.....	- 34

## **TÍTULO VIII**

### **Da Promulgação das Leis, Decretos Legislativos e Resoluções**

<b>CAPÍTULO ÚNICO</b> - Da Sanção, do Veto e Promulgação - arts. 174 a 178.....	- 35
---	------

## **TÍTULO IX**

### **Do Prefeito e do Vice-Prefeito**

<b>CAPÍTULO ÚNICO</b> - Do Subsídio e da Verba de Representação do Prefeito, do Vice e do Presidente da Câmara - arts. 179 e 180.....	- 36
--	------

## **TÍTULO X**

### **Da Polícia Interna**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

---

**CAPÍTULO ÚNICO** - arts. 181 a 183..... - 37

## **TÍTULO XI Disposições Gerais**

**CAPÍTULO ÚNICO** - arts. 184 e 185..... - 37

## **TÍTULO XII Disposições Preliminares**

**CAPÍTULO ÚNICO** - arts. 186 a 188..... - 38

**“RESOLUÇÃO N.º.64, de 21 de junho de 1.991”**

Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Mirassolândia.

A Mesa da Câmara Municipal de Mirassolândia, Estado de São Paulo, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

**TÍTULO I**  
**Da Câmara Municipal**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Preliminares**

**Artigo 1º.:** A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município e compõem-se de Vereadores, eleitos nos termos da legislação vigente e tem sua sede no edifício localizado à Rua Antônio Batista Rodrigues, n.º.364

**Artigo 2º.:** A Câmara Municipal tem funções legislativas por meio de leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Município, respeitadas a Constituição Federal e Estadual.

**§1º.:** Em sua função legislativa a Câmara Municipal exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo, e pelo controle interno de cada Poder.

**§2º.:** O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

- I. julgar as contas dos Administradoras e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores público da administração direta e indireta, inclusive as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Municipal;
- II. apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento;
- III. apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para o cargo de provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- IV. realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando forem requeridas pela Câmara Municipal ou por iniciativa da Comissão Técnica ou de Inquérito, nas unidades administrativas dos poderes Legislativo e Executivo e demais entidades referidas no inciso II;
- V. fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ou Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

VI. prestar as informações solicitadas pela Câmara Municipal, por comissão, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e, ainda sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará a imediata tomada de medidas cabíveis ao Poder Executivo;

VII. aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá dentre outras comunicações, multa proporcional ao vulto do dano causado ao erário;

VIII. assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

IX. sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Municipal;

X. representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

**Artigo 3º:** Independentemente de convocação, a Sessão Legislativa iniciar-se-á a primeiro de fevereiro, encerrando-se em 15 de dezembro de cada ano, com recesso em julho.

**Artigo 4º:** As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele, salvo as exceções previstas em lei.

**Artigo 5º:** Na sede da Câmara não se realizarão atividades estranhas as suas finalidades, sem prévia autorização da Presidência.

## **CAPÍTULO II Da Instalação**

**Artigo 6º:** A Câmara Municipal, instalar-se-á a primeiro de janeiro às 10 (dez) horas, em Sessão Solene, independente de número, sob a Presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

**§1º:** Os Vereadores presentes serão empossados, após a leitura do compromisso, pelo Presidente, e de pé proferirão os seguintes termos:

“Prometo exercer com dedicação e lealdade, o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem-estar do Município, assim o prometo.”

**§2º:** A seguir, o Presidente convidará o Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e regularmente diplomados a prestar o compromisso a que se refere o parágrafo anterior, declarando-os empossados.

**§3º:** Ocorrendo a hipótese de a posse não se verificar na data prevista neste artigo, ela deverá ocorrer:

- a) dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da referida data, quando se tratar de Vereador, salvo motivo justo aceito pela Câmara;
- b) dentro do prazo de 10 (dez) dias, da data fixada pela posse, quando se tratar de Prefeito e Vice-Prefeito, salvo motivo justo e aceito pela Câmara;
- c) decorrido o prazo a que se refere a letra “b”, sem que o Prefeito e o Vice-Prefeito tenham assumido o cargo, este será declarado vago pela Mesa da Câmara.

**§4º:** Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, na falta deste, o Presidente da Câmara.

**§5º:** Prevalecerá, para os cargos de posse superveniente, o prazo e o critério estabelecido no §3º e 4º deste artigo.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**§6º.:** No ato de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, deverão fazer declaração pública de seus bens, no início e término do mandato, transcrita em livro próprio constando de ata o seu resumo.

**Artigo 7º.:** A Secretaria Administrativa da Câmara, o Prefeito e o Vice-Prefeito e Vereadores eleitos deverão apresentar seus Diplomas, 24 (vinte e quatro) horas antes da Sessão de Posse.

## **TÍTULO II Dos Órgãos da Câmara Municipal**

### **CAPÍTULO I Da Mesa**

**Artigo 8º.:** A mesa da Câmara Municipal compor-se-á do Presidente, Vice-Presidente, 1º. Secretário e 2º. Secretário, com mandato de 01 (um) ano, e a ela compete privativamente:

- I. pelo seu Presidente, dirigir os trabalhos em Plenário;
- II. propor projetos de lei que criem ou extingam cargos dos Serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;
- III. propor projetos de Decreto legislativo dispendo sobre:
  - a) licença ao Prefeito e Vice-Prefeito para afastamento do cargo;
  - b) autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias;
  - c) criação de Comissões Especiais de Inquérito, na forma prevista neste Regimento;
  - d) julgamento das contas do Prefeito.
- IV. propor Projetos de Resolução, dispendo sobre assuntos de sua economia interna;
- V. elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las quando necessário;
- VI. suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara observando o limite de autorização constante da Lei Orçamentária desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes da anulação parcial ou total da Câmara;
- VII. apresentar Projetos de Lei dispendo sobre abertura de créditos suplementares, através de anulação parcial ou total da dotação da Câmara;
- VIII. Convocar Sessões da Câmara.

**Artigo 9º.:** Na hora determinada para o início da sessão, em se verificando a ausência de todos os Membros da Mesa e seus substitutos assumirá a Presidência o Vereador mais votado dentre os presentes que escolherá entre seus pares um Secretário.

**§ Único:** A Mesa, composta na forma deste artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum Membro titular ou seus substitutos legais.

**Artigo 10:** O Presidente da Mesa não poderá fazer parte de Comissões.

**Artigo 11:** As funções dos Membros da Mesa cessarão:

- I. pela renúncia ou morte, sendo que a primeira deve ser apresentada por escrito;
- II. pela destituição do cargo;
- III. pela perda ou extinção do mandato de Vereador.

### **Da Eleição da Mesa**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**Artigo 12:** A Mesa da Câmara Municipal será eleita ao primeiro dia do início da legislatura por um período de 01 (um) ano.

§ **Único:** Terminado o período a que se refere este artigo haverá eleição para o período subsequente, que ocorrerá a primeiro de fevereiro em Sessão Extraordinária, às 20:00 (vinte) horas.

**Artigo 13:** A eleição da Mesa será feita por maioria simples de votos, presentes pelo menos a maioria absoluta de seus Membros e ela será secreta, mediante cédulas datilografadas em uma só cor, com a indicação dos nomes dos candidatos e respectivos cargos, um de cada vez a iniciar-se-á pelo Presidente. Os candidatos deverão apresentar os nomes para os cargos, ao Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ **1º:** Apurados os votos, o Presidente em exercício plocamará os eleitos e em seguida, dará posse à Mesa eleita.

§ **2º:** É proibida a reeleição dos Membros da Mesa para o mesmo cargo.

**Artigo 14:** Na hipótese de não se realizar a Sessão ou a eleição da Mesa, por falta de número legal, o Vereador mais votado entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará Sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

**Artigo 15:** Vagando-se qualquer cargo da Mesa deverá ser realizada na primeira Sessão seguinte a eleição para completar o período do mandato.

**Artigo 16:** Havendo empate na votação para eleição da Mesa para qualquer dos cargos, os candidatos concorrerão a um segundo escrutínio e se persistir o empate a decisão será feita por sorteio.

## **Da Renúncia e da Destituição da Mesa**

**Artigo 17:** A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa dar-se-á por ofício a ela dirigido e se efetivará a partir do momento da sua leitura, independente da deliberação do Plenário.

§ **Único:** Em caso de renúncia total da Mesa, o ofício respectivo será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado dentre os presentes, exercendo as funções de Presidente nos termos do artigo 14.

**Artigo 18:** Os Membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos dos seus cargos, por motivo justificado, mediante resolução aprovada por 2/3 (dois terços), no mínimo, dos Membros da Câmara assegurado o direito de ampla defesa.

**Artigo 19:** O processo de destituição terá início por apresentação subscrita, necessariamente, por um dos Membros da Câmara, lida em Plenário pelo seu autor e em qualquer fase da sessão, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ **1º:** Oferecida a representação, nos termos do presente artigo, o Presidente sorteará 3 (três) Vereadores, entre os desimpedidos, para comporem a Comissão de Investigação e Processante, que terá o prazo de 10 (dez) dias para propor ou não a destituição;

§ **2º:** Da Comissão não poderá fazer parte o acusado ou acusados e o denunciante ou denunciante;

§ **3º:** Instalada a Comissão e esta entender pela maioria de seus membros pelo prosseguimento da ação, o acusado ou acusados serão notificados dentro de 03 (três) dias após o prazo a que se refere o parágrafo 1º., abrindo-se-lhes o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação, por escrito, de defesa prévia.

§ **4º:** O acusado ou acusados poderão acompanhar todos os atos e diligências da Comissão.

§ **5º:** A Comissão terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos para emitir e remeter à Mesa da Câmara o seu Parecer, o qual deverá obrigatoriamente ser conclusivo ou pela improcedência das acusações, se julgá-las infundadas, ou em caso contrário, pela proposta de destituição.



# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 6º.: O Parecer que concluir pela improcedência das acusações será apreciado, em discussão única, na fase do expediente na primeira Sessão Ordinária, após o prazo a que se refere o parágrafo 5º deste artigo e será votado por maioria simples.

§ 7º.: O Parecer que concluir pela proposta de destituição do acusado ou acusados será apreciado, em discussão única, na fase do Expediente na primeira Sessão Ordinária, após o prazo a que se refere o parágrafo 5º deste artigo, e será votado pela maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 8º.: Nos casos dos parágrafos 6º. e 7º. a Presidência da Câmara deverá fazer constar na convocação, a Pauta relativa ao assunto, sob pena de nulidade da votação.

**Artigo 20:** O Membro da Mesa, envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos quando e enquanto estiver sendo apreciado o Parecer da Comissão de Investigação e Processante.

§ 1º.: O acusado ou acusados e o denunciante ou denunciantes são impedidos de votar sobre a matéria, devendo ser convocado o respectivo suplente ou suplentes para exercer o direito de voto, para os efeitos de “quorum”.

§ 2º.: O suplente ou suplentes a que se refere o parágrafo anterior participarão da Sessão Legislativa tão somente o tempo necessário para apreciação do Parecer da Comissão de Investigação e processante.

§ 3º.: O denunciante ou denunciantes e o acusado ou acusados para discussão do Parecer da Comissão, disporá cada um de 20 (vinte) minutos, o Relator de 20 (vinte) minutos e cada vereador disporá de 15 (quinze) minutos, sendo vedada a cessão de tempo.

## **Do Presidente**

**Artigo 21:** O presidente é o representante legal da Câmara, dentro e fora dela, cabendo-lhe funções Administrativas e diretiva de todas as atividades interna, competindo-lhe privativamente:

- a) convocar os Vereadores às Sessões da Câmara, por escrito;
- b) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às Comissões e ao Prefeito;
- c) nomear os membros das Comissões Especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhes os substitutos;
- d) fazer publicar os Atos da Mesa e da Presidência, Portarias, bem como Leis, Decretos Legislativos e Resoluções por ela promulgadas;
- e) presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar Sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento;
- f) anunciar a Ordem do Dia e submeter a discussão e votação a matéria dela constante;
- g) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão assim como não permitir a fala sobre matéria com votação já encerrada;
- h) interromper o orador que desviar da questão em debate ou que estiver faltando com o devido respeito ao colega ou à Casa, em caso de insistência cassando-lhe a palavra, inclusive suspendendo a Sessão se as circunstâncias o exigirem;
- i) resolver soberanamente qualquer questão de ordem ou submetê-la à consideração do Plenário, quando omissa o Regimento;
- j) manter a ordem no recinto dos trabalhos do legislativo e se necessário solicitar a retirada dos manifestantes do prédio da Câmara, podendo requisitar a força policial para este fim;

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

---

- l) nomear, exonerar, promover, admitir e demitir funcionários da Câmara, conceder-lhes licença, abonos de falta e demais providências estabelecidas em lei;
- m) proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente;
- n) determinar a abertura de sindicância e inquéritos administrativos;
- o) providenciar nos termos da Constituição Federal e expedição de Certidão que forem requeridas, relativas a despachos, atos ou informações que os mesmos, expressamente, se refiram;
- p) apresentar a última sessão legislativa do ano, relatório dos trabalhos da Câmara;
- q) promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as lei com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.

**Artigo 22:** Compete, ainda ao Presidente:

- a) executar as deliberações do Plenário;
- b) assinar as atas das Sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara;
- c) dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores que não forem empossados no primeiro dia da legislatura, aos suplentes de Vereadores, presidir a sessão de eleição da Mesa do Período seguinte e dar-lhes posse;
- d) declarar extinto o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores com casos previstos em lei;
- e) substituir o Prefeito ou Vice-Prefeito, na falta de ambos completando o seu mandato até realizarem novas eleições, nos termos da legislação vigente;
- f) licenciar-se da Presidência quando ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias, comunicando tal fato ao Vice-Presidente;
- g) interpelar judicialmente o Prefeito, quando este deixar de colocar à disposição da Câmara no prazo legal, as quantias requisitadas ou a parcela correspondente ao duodécimo de dotações orçamentárias.

**Artigo 23:** O Presidente da Câmara, ou seu substituto legal terá o direito a voto:

- I. na eleição da Mesa;
- II. quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara;
- III. quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

**Artigo 24:** Ao Presidente é facultado o direito de apresentar proposições à consideração do Plenário, mas para discuti-las deverá afastar-se da Presidência enquanto se tratar do assunto proposto.

**Artigo 25:** A Presidência enquanto estiver com a palavra, é vedado interromper ou apartear.

**Artigo 26:** O Presidente em exercício será sempre considerado para efeito de “quorum” para discussão e votação do Plenário.

**Artigo 27:** A Verba de Representação da Presidência da Câmara é fixada por Resolução, na forma estabelecida neste Regimento e na conformidade com o que dispõe a legislação federal.

## **Do Vice-Presidente**

**Artigo 28:** O Vice-Presidente substitui o Presidente:

- I. na Presidência da Sessão:
  - a) se o Presidente não comparecer a hora regimental para abri-la entretanto, deverá após a chegada ao recinto do Plenário, convidá-lo a assumir a direção dos trabalhos;
  - b) se o Presidente deixar a cadeira da Presidência durante a Sessão.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

II. em pleno exercício:

- a) se o Presidente se afastar das funções por mais de 15 (quinze) dias;
- b) quando o Presidente estiver substituindo o Prefeito em seus impedimentos ou licenças.

## **Dos Secretários**

**Artigo 29:** Compete ao 1º. Secretário:

- I. fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente;
- II. ler a Ata e o Expediente das Sessões, bem como as proposições e demais documentos que devam ser do conhecimento do Plenário;
- III. redigir e transcrever a Ata das Sessões e assinar Resoluções e Decretos Legislativos em seguida do Presidente;
- IV. Auxiliar a Presidência na inspeção dos servidores da Secretaria e na observância deste Regimento.

**Artigo 30:** Compete ao 2º. Secretário substituir o 1º. Secretário nas ausências, licenças e impedimentos, bem como auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições durante as Sessões Plenárias.

## **CAPÍTULO II Das Comissões**

**Artigo 31:** As comissões da Câmara serão:

- I. Permanentes, as que subsistem através da legislatura;
- II. Temporárias, as que são constituídas com finalidades especiais ou de representação e as que extinguem com o término da legislatura ou antes dela, quando preenchidos os fins para os quais forem constituídas.

**Artigo 32:** Assegurar-se-á nas Comissões, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participarem da Câmara Municipal.

**Artigo 33:** As Comissões poderão convidar pessoas ligadas aos assuntos em estudo, tomar depoimentos, solicitar informações e documentos e proceder diligências que julgarem necessárias, no exercício de suas atribuições.

§ 1º.: As Comissões poderão solicitar do Prefeito, por intermédio do Presidente da Câmara e independentemente de discussão e votação do Plenário todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram às proposições entregues às suas apreciações, mas desde que o assunto seja competência das mesmas.

§ 2º.: Sempre que a Comissão solicitar informação do Prefeito ou audiência preliminar de outras Comissões, fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 46, § 3º., deste Regimento, até o máximo de (10) dez dias findo os quais deverá a Comissão exarar o seu Parecer.

§ 3º.: O prazo não será interrompido quando se tratar de Projeto com prazo fatal para deliberação, mas neste caso a Comissão que solicitou as informações poderá completar seu Parecer até (48) quarenta e oito horas após o recebimento das resposta do Executivo, desde que o Projeto ainda encontre no Plenário.

§ 4º.: As Comissões da Câmara diligenciarão junto as dependências, arquivos e repartições municipais, para tanto solicitadas pelo Presidente ao Prefeito, as providências necessárias ao desempenho de suas atribuições regimentais.

§ 5º.: Se as Comissões não exararem o Parecer dentro do prazo de (10) dez dias, nos termos do § 3º. do artigo 46, a Mesa deverá colocar a proposição na Ordem do Dia da próxima Sessão Legislativa.

## **Das Comissões Permanentes**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**Artigo 34:** As Comissões Permanentes tem por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sobre ele a sua opinião e preparar, por iniciativa própria ou indicação do Plenário, o Projeto de Resolução, ou Decreto Legislativo, atinente a sua especialidade.

§ **Único:** Os Pareceres das Comissões não dependerão de votação do Plenário, salvo a hipótese previsto no parágrafo 2º. do artigo 36.

**Artigo 35:** As Comissões Permanentes são (04) quatro, composta cada uma de (03) três membros e (03) três suplentes, com as seguintes denominações:

- I. Redação e Justiça;
- II. Finanças e Orçamento;
- III. Obras e Serviços Públicos;
- IV. Educação, Saúde e Assistência Social.

**Artigo 36:** Compete à Comissão de Redação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, jurídico ou legal e quanto ao aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu Parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

§ **1º.:** É obrigatório o Parecer da Comissão de Redação e Justiça sobre todos os processos que tramitarem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiverem outro destino por este Regimento.

§ **2º.:** Concluindo a Comissão de Redação por qualquer um de seus membros, pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um Projeto, deve o Parecer ir à Plenário para ser discutido e somente quando rejeitado o Parecer, prosseguirá o processo sua tramitação.

**Artigo 37:** Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir Parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e especialmente sobre:

- I. proposta orçamentária anual;
- II. plano plurianual e diretrizes orçamentárias;
- III. prestação de contas do Prefeito e da Câmara, mediante o Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, concluindo por Decreto Legislativo e Projeto de Resolução, respectivamente;
- IV. proposições referentes a matéria tributária, abertura de Crédito Adicional, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público;
- V. proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo, os subsídios e a verba de representação do Prefeito, Presidente da Câmara e dos Vereadores;
- VI. as que, direta ou indiretamente, representem mutações patrimonial do Município.

**Artigo 38:** Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos emitir Parecer sobre os processos atinente a realização de obras e execução de serviços pelo Município e outras atividades que digam respeito a transporte, comunicação, indústria, comércio e agricultura, sujeitas a deliberação da Câmara.

**Artigo 39:** Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, emitir Parecer sobre os processos referentes a educação, ensino e artes, ao patrimônio histórico, aos esportes e a higiene, saúde pública e obras assistenciais.

**Artigo 40:** A composição das Comissões Permanentes será feita de comum acordo entre o Presidente da Câmara e os líderes das bancadas, observando o disposto no artigo 32 deste Regimento.

§ **Único:** As Comissões Permanentes são eleitas para o período correspondente a Sessão Legislativa.

**Artigo 41:** Não havendo acordo entre a liderança, far-se-á votação a descoberto para eleição dos membros das Comissões.

## **Dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**Artigo 42:** As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes e deliberar sobre os dias, horas da reunião e ordem dos trabalhos, deliberação essa que será consignada em livro próprio.

**Artigo 43:** Compete ao Presidente das Comissões Permanentes:

- I. convocar e presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
- II. receber a matéria destinada à Comissão e designar-lhe o relator;
- III. conceder vista de proposições aos membros da Comissão, que não poderá exceder do prazo de (02) dois dias.

§ 1º.: O Presidente da Comissão Permanente poderá funcionar como Relator e terá direito a voto, em caso de empate.

§ 2º.: Dos atos do Presidente da Comissão Permanente, cabe a qualquer membro, recurso ao Plenário.

§ 3º.: Na eventualidade de a Comissão não se reunir dentro das necessidades de trabalho exigidas pela Câmara, o Presidente do Poder Legislativo poderá convocar reuniões com seus membros e tomar providências sobre o melhor e mais rápido andamento das proposições.

**Artigo 44:** Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer proposição ou qualquer matéria em reunião conjunta a Presidência dos trabalhos caberá ao mais idoso Presidente de Comissão dentre os presentes, se desta reunião não estiver participando a Comissão de Redação e Justiça, hipótese em que a direção dos trabalhos caberá ao seu Presidente.

## **Das Reuniões**

**Artigo 45:** As Comissões Permanentes reunir-se-ão extraordinariamente no edifício da Câmara Municipal nos dias e horários previamente fixados, quando da sua primeira reunião.

§ Único: As reuniões extraordinárias serão sempre convocadas com antecedência mínima de (24) vinte e quatro horas, avisando-se obrigatoriamente a todos os integrantes da Comissão.

**Artigo 46:** Ao Presidente da Câmara incumbe, dentro do prazo improrrogável de (02) dois dias a contar da data do recebimento das proposições, encaminhá-las às comissões competentes para exararem o seu parecer.

§ 1º.: Os Projetos de Lei de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência, serão enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente da Câmara dentro de (02) dois dias, a contar da sua entrada na Secretaria Administrativa da Câmara, independentemente da sua leitura no Expediente da Sessão.

§ 2º.: Recebido qualquer processo, o Presidente da Comissão designará Relator, independentemente de reunião, podendo reservá-lo à sua própria consideração.

§ 3º.: O prazo para a comissão exarar Parecer será de (10) dez dias, a contar da data de recebimento; o Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de (02) dois dias para incluir o Projeto na pauta dos trabalhos de sua Comissão.

§ 4º.: O Relator terá o prazo de (03) três dias para apresentação do seu Parecer para a Comissão a que refere o Parágrafo 3º. deste artigo.

§ 5º.: Findo o prazo sem que o Parecer seja apresentado, o Presidente da Câmara incluirá o Projeto de Lei na Ordem do Dia dos trabalhos da Sessão imediata.

§ 6º.: Quanto se tratar de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, em que tenha sido solicitado urgência na sua apreciação observar-se-á o seguinte:

- a) o prazo para a Comissão exarar Parecer será de (03) três dias a contar da data de seu recebimento;
- b) o Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de (24) vinte e quatro) horas para incluir o Projeto de Lei na Pauta dos trabalhos de sua Comissão;
- c) findo o prazo a que se refere a letra “a” deste parágrafo e na hipótese de o Parecer da Comissão encarregada não ser apresentado, o

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

Presidente da Câmara incluirá a propositura na Ordem do Dia da Sessão imediata sem o Parecer.

**Artigo 47:** O Processo sobre o qual deva pronunciar-se mais de uma Comissão será encaminhado diretamente a cada uma delas, cópias em separado do mesmo.

§ **Único:** Por entendimento entre os respectivos Presidentes, duas ou mais Comissões poderão apreciar matéria em conjunto, respeitado o disposto no artigo 44 deste Regimento.

**Artigo 48:** É vedada a qualquer Comissão manifestar-se:

- I. sobre a legalidade ou constitucionalidade da propositura, em contrário ao Parecer da Comissão de Redação e Justiça;
- II. sobre a conveniência ou oportunidade de despesa, em oposição a Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.

## **Dos Pareceres**

**Artigo 49:** Parecer é o pronunciamento obrigatório da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ **Único:** O Parecer será escrito e constará de (03) três partes sujeitas ao seu estudo:

- I. exposição da matéria em exame;
- II. conclusões do relator, tanto quanto possível sintética com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial da matéria, quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emenda;
- III. a decisão da Comissão, com a assinatura dos membros que votarem contra e a favor.

**Artigo 50:** Os Membros das Comissões emitirão seu juízo sobre a manifestação do Relator, mediante Parecer em separado.

**Artigo 51:** O Projeto de Lei que receber Parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

§ **Único:** Para que se efetive a rejeição a que alude este artigo é necessário a assinatura da maioria dos membros de cada Comissão no Parecer.

## **Das Comissões Temporárias**

**Artigo 52:** As Comissões Temporárias poderão ser:

- I. Comissões Especiais;
- II. Comissões Especiais de Inquéritos;
- III. Comissões de Investigações e Processantes.

**Artigo 53:** As Comissões Especiais são aquelas destinadas à elaboração de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de relevância reconhecida, inclusive a de participação em congresso e atos externos de caráter social.

§ **Único:** As Comissões Especiais serão de indicação da Presidência da Câmara, devendo obrigatoriamente serem indicados elementos de todos os Partidos representados em plenário, quando a indicação comportar vários representantes.

**Artigo 54:** As Comissões Especiais de Inquérito, constituída nos termos da Lei Orgânica do Município, destinar-se-ão examinar irregularidades sobre fato determinado que se inclua na competência municipal.

§ **1º:** A Proposta de constituição de Comissão Especial de Inquérito será sujeita a deliberação do Plenário e deverá contar, no mínimo, com a assinatura de (1/3) um terço dos Membros da Câmara.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 2º.: Recebida a proposta, a Mesa elaborará Projeto de Resolução ou de Decreto Legislativo, conforme a área de atuação com base na solicitação inicial, seguindo a tramitação e os critérios neste Regimento e especialmente:

- I. sua finalidade, devidamente fundamentada;
- II. o número de seus membros deverá ser de (05) cinco vereadores escolhidos por sorteio;
- III. o prazo de seu funcionamento.

§ 3º.: A conclusão a que chegar a Comissão Especial de Inquérito, na apuração de responsabilidades, e se for o caso, encaminhados ao Ministério Público da Comarca para que se promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**Artigo 55:** As Comissões de Investigação e Processante serão constituídas com as seguintes finalidades:

- I. apurar infrações político-administrativas do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores no desempenho de suas funções e nos termos fixados na Legislação Federal pertinente;
- II. destituição dos Membros da Mesa, nos termos dos artigos 18 e 20 deste Regimento.

**Artigo 56:** Aplicam-se subsidiariamente às Comissões Temporárias, no que couber e desde que não colidentes com os desta Seção, os dispositivos concernentes às Comissões Permanentes.

## **CAPÍTULO III Do Plenário**

**Artigo 57:** O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal constituído pela reunião de Vereadores em exercício em local, forma e número estabelecido neste Regimento.

§ 1º.: O local é o recinto de sua sede.

§ 2º.: A forma legal para deliberar é a sessão regida pelos dispositivos referentes à matéria, estatuídas em leis ou neste Regimento.

§ 3º.: O número é o quorum determinado em lei ou neste Regimento para a realização das Sessões e para deliberações.

**Artigo 58:** A discussão e a votação de matéria em Plenário constante na Ordem do Dia, só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos Membros da Câmara.

§ Único: Aplica-se às matérias sujeitas à discussão e votação no Expediente o disposto neste artigo.

**Artigo 59:** O Vereador que tiver interesse pessoal na votação não poderá votar sob pena de nulidade, se o seu voto for decisivo.

## **CAPÍTULO IV Da Secretaria Administrativa**

**Artigo 60:** Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão através de sua Secretaria Administrativa e por regulamento baixado pelo Presidente da Câmara. Todos os serviços serão dirigidos e disciplinados pelo Presidente da Câmara, que poderá contar com o auxílio dos Secretários.

**Artigo 61:** Os Atos administrativos de competência da Mesa e da Presidência serão expedidos com observância das seguintes normas:

I. Da Mesa:

Ato numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) elaboração e expedição da discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alteração, quando necessário;

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

b) suplementação das dotações do Orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes das anulações orçamentárias;

c) outros casos, como tais, definidos em Lei ou Resolução.

## II. Da Presidência:

1. Ato, numeração em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação dos serviços administrativos;

b) nomeação de Comissões Especiais, Especiais de Inquérito e de Representação;

c) assuntos de caráter financeiro;

d) designação de substitutivos nas Comissões;

e) outros casos de competência de Presidência e que não estejam enquadrados como Portaria.

2. Portaria, nos seguintes casos:

a) provimento e vacância dos cargos da Secretaria Administrativa da Câmara e demais atos de efeitos individuais;

b) abertura de sindicância e processos administrativos, aplicação de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos;

c) outros casos determinados em Lei ou Resolução.

**§ Único:** A numeração de Atos da Mesa e da Presidência, bem como das Portarias, obedecerá ao período da Legislatura.

**Artigo 62:** A Secretaria Administrativa terá livros e fichas necessárias aos seus serviços e, especialmente os de:

I. termo de compromisso e posse do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e da Mesa;

II. declaração de bens;

III. Ata das Sessões da Câmara e das reuniões das Comissões;

IV. registro de Leis, Decretos Legislativos, Resoluções, Atos da Mesa e da Presidência, Portarias e Instruções;

VI. protocolo, registro e índice de papéis, livros e processos arquivados;

VII. protocolo, registro e índice de proposições em andamento e arquivadas;

VIII. licitações e contratos para obras e serviços;

IX. termo de compromisso e posse de funcionários;

X. contratos em geral;

XI. contabilidade e finanças;

XII. cadastramento de bens imóveis.

**§ Único:** Os livros serão abertos e encerrados pelo Presidente da Câmara.

## **TÍTULO III Dos Vereadores**

### **CAPÍTULO I Do Exercício do Mandato**

**Artigo 63:** Os Vereadores são agentes políticos, investidos do mandato legislativo municipal para uma legislatura.

**Artigo 64:** Compete ao Vereador:

I. participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;

II. votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III. apresentar proposições que visem ao interesse coletivo;

IV. concorrer ao cargos da Mesa e das Comissões;



# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

V. usar da palavra em defesa ou em oposição as proposições apresentadas à deliberação do Plenário.

**Artigo 65:** São obrigações e deveres do Vereador:

- I. desincompatibilizar-se e fazer declaração pública de bens, no ato da posse e no término do mandato, de acordo com a Lei Orgânica do Município;
- II. comparecer decentemente trajado às Sessões da Câmara;
- III. cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado;
- IV. votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando ele próprio tenha interesse pessoal na mesma, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo;
- V. comportar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos;
- VI. obedecer às normas regimentais, quando ao uso da palavra;
- VII. propor à Câmara todas as medidas que julgar necessárias ao interesse do Município e da comunidade.

**Artigo 66:** Se qualquer vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme sua gravidade:

- I. advertência em Plenário;
- II. cassação da palavra;
- III. advertência pessoal;
- IV. suspensão da sessão por (10) dez minutos;
- V. encerramento da sessão se tornar difícil o controle da situação;
- VI. proposta de cassação de mandato, por infração do disposto no artigo 7º., item III, do Decreto-Lei Federal nº.201 e do disposto no artigo 15 da Lei Orgânica do Município.

**Artigo 67:** O Vereador não poderá, desde a posse:

- I. firmar ou manter contrato com Município, com suas entidades descentralizadas ou com pessoas que realizem serviços ou obras municipais, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes e condições iguais para todos os interessados;
- II. no âmbito da Administração Pública direta ou indireta Municipais, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função;
- III. exercer outro mandato eletivo;
- IV. patrocinar causa contra o Município ou suas entidades descentralizadas.

**§ 1º.:** Para o Vereador, que na data da posse, seja servidor Municipal, Estadual ou Federal, obrigatoriamente serão observados as seguintes normas:

a) existindo compatibilidade de horário:

1. exercerá o cargo, emprego ou função juntamente com o mandato;
2. receberá cumulativamente a remuneração do cargo e os subsídios de Vereador e a Verba de Representação, se for o caso.

b) não existindo compatibilidade de horário:

1. exercerá apenas o mandato, afastando-se do cargo, emprego ou função, com direito à opção pelos vencimentos;
2. o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento. Haverá a incompatibilidade de horário normal e regular de trabalho do servidor desde que o trabalho na repartição coincida apenas em parte com o da Vereança nos dias de sessão na Câmara.

**§ 2º.:** O Servidor Municipal, no exercício do mandato de Vereador a partir da respectiva posse, ficará sujeito as seguintes normas:

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

- a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo do subsídio a que faz jus;
- b) não havendo compatibilidade, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

**Artigo 68:** O Vereador é inviolável por suas opiniões emitidas em votos, pareceres, discussões em Plenário, no exercício do mandato, na circunscrição do Município de Mirassolândia.

**Artigo 69:** A Presidência da Câmara compete tomar as providências quanto a defesa dos Vereadores quando em exercício do mandato.

## **CAPÍTULO II**

### **Da posse, da licença e da substituição**

**Artigo 70:** Os Vereadores tomarão posse nos termos do artigo 10 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º.: Os Vereadores que não comparecerem ao ato de instalação, bem como os suplentes, quando convocados, serão empossados pelo Presidente da Câmara, em qualquer fase da sessão a que comparecerem, devendo apresentarem o respectivo diploma. Apresentarão ainda a declaração pública de bens e prestarão compromisso regimental.

§ 2º.: Os suplentes quando convocados deverão tomar posse no prazo de (15) quinze dias da data do recebimento da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 3º.: A recusa do Vereador eleito ou suplente, quando convocado a tomar posse, importa em renúncia do mandato, devendo o Presidente após o decurso de prazo estipulado pelo artigo 6º., § 3º. deste Regimento, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo Suplente.

§ 4º.: Verificadas as condições de existência de vaga ou licença de Vereador, a apresentação do diploma e a demonstração de identidade, cumpridas as exigências do artigo 6º., deste Regimento, não poderá o Presidente negar posse ao Vereador ou Suplente, sob nenhuma alegação, salvo a existência de caso comprovado de extinção do mandato.

**Artigo 71:** O Vereador poderá licenciar-se:

- I. por moléstia devidamente comprovada ou licença gestante;
- II. para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município, devidamente autorizado pela Câmara;
- III. para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, nunca inferior a (30) trinta dias, devidamente autorizado pela Câmara e não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 1º.: Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 2º.: A apresentação dos pedidos de licença se dará no início do expediente da Sessão seguinte a sua entrada na Secretaria e deverá ser apreciado pela Câmara e só poderá ser rejeitada pelo voto de, no mínimo, (2/3) dois terços dos Vereadores Presentes.

§ 3º.: Aprovada a licença, o Presidente convocará o respectivo suplente, o qual poderá assumir o mandato no decorrer da própria sessão, caso se encontre presente no recinto.

§ 4º.: O Suplente de Vereador para licenciar-se precisa antes assumir e estar no exercício do cargo.

**Artigo 72:** O Vereador, quando em viagem oficial representando a Câmara Municipal, ou convocado oficialmente por Secretaria do Estado, devidamente autorizado pelo Presidente, perceberá os subsídios como se estivesse presente a Sessão da edilidade.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos Subsídios**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**Artigo 73:** Os subsídios dos Vereadores serão fixados por Resolução no final de cada legislatura e antes das eleições, para vigorar na seguinte e na forma estabelecida neste Regimento e obedecidos os critérios, termos e limites fixados na Constituição Federal e legislação complementar a Lei Orgânica do Município, artigo 8º., parágrafo 4º.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Vagas**

**Artigo 74:** As vagas na Câmara dar-se-ão:

- I. por extinção do mandato;
- II. por cassação.

§ 1º.: Compete ao Presidente da Câmara declarar a extinção de mandato nos casos estabelecidos pela legislação federal.

§ 2º.: A cassação do mandato dar-se-á por deliberação do Plenário nos casos e na forma da legislação federal, assim como a extinção do mandato.

### **Da Perda do Mandato**

**Artigo 75:** Perderá o mandato o Vereador que se enquadrar no disposto no artigo 15 da Lei Orgânica do Município.

**Artigo 76:** A substituição do titular suspenso do exercício do mandato pelo respectivo suplente dar-se-á até o final da suspensão.

## **CAPÍTULO V**

### **Dos Líderes e Vice-Líderes**

**Artigo 77:** Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário autorizado entre os órgão da Câmara.

§ 1º.: As representações partidárias deverão indicar à Mesa, dentro de (10) dez dias, contados do início da Sessão Legislativa, os respectivos líderes e vice-líderes. Enquanto for feita a indicação à Mesa será considerado líder o mais votado da bancada.

§ 2º.: Sempre que houver alteração nas indicações deverá ser feita nova indicação à Mesa.

§ 3º.: É de competência do líder, além de outras atribuições que lhe conferem este Regimento, a indicação dos substitutos dos Membros da bancada partidária, nas Comissões.

**Artigo 78:** É facultado aos líderes, em caráter excepcional e em qualquer momento da sessão, usar da palavra para tratar de assunto que, por sua relevância e urgência interesse ao conhecimento do Plenário, salvo quando se estiver procedendo a votação ou houver orador na tribuna.

§ Único: O orador que pretender usar da palavra na faculdade do disposto neste artigo, não poderá faltar por prazo superior a (03) três minutos.

## **TÍTULO IV**

### **Das Sessões**

## **CAPÍTULO I**

### **Das Disposições Preliminares**

**Artigo 79:** As Sessões da Câmara, exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente por local a sua sede e são consideradas nulas as que se realizarem fora dela.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 1º.: Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou outra causa que impeça a sua utilização, a Presidência ou qualquer Vereador solicitará ao Juiz de Direito da Comarca a verificação da ocorrência e a designação de outro local para a realização das sessões.

**Artigo 80:** As Sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias e solenes, e serão públicas.

**Artigo 81:** Independentemente de convocação, a Sessão Legislativa iniciar-se-á a primeiro de fevereiro, encerrando-se em quinze de dezembro de cada ano, com recesso de 01 a 31 de julho.

**Artigo 82:** As Sessões da Câmara deverão ser convocadas por escrito com antecedência mínima de (02) dois dias.

**Artigo 83:** As Sessões Ordinárias serão realizadas nos dias 05 e 20 de cada mês.

§ Único: As Sessões Ordinárias, cujas datas coincidam com sábados, domingos e feriados, serão realizadas no primeiro dia útil seguinte.

**Artigo 84:** Toda convocação de sessão deverá fazer constar a Ordem do Dia, terá ampla publicidade e resumo dos trabalhos com irradiação por emissora local, se houver.

§ Único: Emissora oficial é que vencer a licitação para transmissão das sessões do legislativo.

**Artigo 85:** Excetuadas as solenes, as Sessões da Câmara Municipal terão a duração máxima de (04) quatro horas, com interrupção de (03) três minutos entre o final do expediente e o início da Ordem do Dia, podendo ser prorrogadas por iniciativa do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 1º.: O pedido de prorrogação da sessão será feita para terminar a discussão e votação de proposição em debate, não podendo o mesmo ser objeto de discussão.

§ 2º.: Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados a partir de (03) três minutos antes do término da Ordem do Dia.

**Artigo 86:** As Sessões da Câmara, exceto as solenes, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, (1/3) um terço dos Membros da Câmara.

**Artigo 87:** Durante as sessões somente os Vereadores, os funcionários da Câmara e a imprensa poderá permanecer no recinto do Plenário.

§ Único: A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir os trabalhos no Recinto do Plenário, autoridades, homenageados, que terão lugar reservado para esse fim.

## **Das Sessões Legislativas Ordinárias**

**Artigo 88:** As Sessões Ordinárias compõem-se de duas partes, a saber:

I. Expediente;

II. Ordem do Dia.

**Artigo 89:** A hora do início dos trabalhos, verificados pelo 1º. Secretário ou seu substituto, a presença dos Vereadores e havendo a presença de (1/3) um terço, no mínimo, o Presidente declarará aberta a sessão iniciando-se o Expediente.

§ 1º.: A falta de número legal para deliberação do Plenário no Expediente não prejudicará a parte reservada aos oradores, que poderão utilizar-se da tribuna. Não havendo oradores inscritos, antecipar-se-á a Ordem do Dia com a respectiva chamada regimental; a sessão só terá prosseguimento se atenderem a chamada a maioria absoluta dos Vereadores que compõem a Câmara.

§ 2º.: As matérias constantes do Expediente, inclusive a Ata da Sessão anterior, que não forem votadas por falta de “quorum” legal ficarão para a sessão ordinária seguinte.

§ 3º.: A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da Sessão, a requerimento do Vereador ou por iniciativa do Presidente e será sempre de forma nominal constando de Ata o nome dos ausentes.

### **Do Expediente**

**Artigo 90:** O expediente terá a duração improrrogável de duas horas, a partir da hora fixada para o início da Sessão e destina a aprovação da Ata da Sessão anterior, a leitura resumida das matérias oriundas do Executivo ou de outras origens, a apresentação de proposições pelos Vereadores e o uso da palavra, na forma do artigo 93 deste Regimento.

**Artigo 91:** Aprovada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo a seguinte ordem:

- I. expediente recebido do Prefeito;
- II. expediente recebido de diversos;
- III. expediente apresentado pelos vereadores.

§ 1º.: Na leitura das proposições obedecer-se-á a seguinte ordem:

- a) indicações;
- b) requerimentos;
- c) moções;
- d) recursos;
- e) projetos de lei;
- f) projetos de decreto legislativo;
- g) projeto de resolução.

§ 2º.: Dos documentos apresentados no Expediente serão fornecidas cópias quando solicitados pelos interessados.

**Artigo 92:** Terminada a leitura das matérias em pauta, o Presidente destinará o tempo restante da hora do Expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

- I. discussão das indicações, requerimentos e moções e posterior votação;
- II. consulta ao Plenário se os projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução serão objeto de deliberação;
- III. uso da palavra pelos Vereadores, segundo a ordem de inscrição em livro próprio versando tema livre e sujeito a discussão.

§ 1º.: O prazo para o orador na tribuna na discussão da matéria nos termos dos incisos I e III será de (10) dez minutos.

§ 2º.: As matérias constantes do inciso II não serão discutidas nesta fase.

§ 3º.: É vedada a cessão ou reserva de tempo para o orador que ocupar a tribuna, nesta fase da sessão.

§ 4º.: O Vereador que inscrito para falar no Expediente e não se encontrar presente no instante em que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar, na lista organizada.

§ 5º.: Os líderes dos partidos poderão usar da palavra tantas vezes quantas se fizerem necessárias, no prazo máximo de (10) dez minutos para cada propositura.

### **Ordem do Dia**

**Artigo 93:** Findo o expediente, por ter-se esgotado o seu prazo ou por nada mais haver a tratar e decorrido o intervalo a que alude o artigo 86, tratar-se-á a matéria destinada a Ordem do Dia.

§ 1º.: Efetuada a chamada regimental, a Sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º.: Considerar-se-á presente à Sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos e das votações.

§ 3º.: Não se verificando o “quorum” regimental, o Presidente encerrará a Sessão. Esse procedimento será adotado em qualquer fase da Ordem do Dia.

**Artigo 94:** Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência mínima de (24) vinte e quatro horas antes do início da sessão.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 1º.: A Secretaria fornecerá aos Vereadores cópia das proposituras, pareceres e a relação da Ordem do Dia correspondente até (48) quarenta e oito horas antes do início da sessão.

§ 2º.: O 1º. Secretário procederá à leitura das matérias que se tenham de discutir e votar, podendo a leitura ser dispensada, a requerimento de qualquer vereador dirigido à Mesa.

§ 3º.: A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação:

- a) veto e matéria em regime de urgência;
- b) matéria em discussão única;
- c) matéria em 2ª. discussão;
- d) matéria em 1ª. discussão;
- e) recursos.

§ 4º.: Obedecida a classificação do parágrafo anterior, as matérias figurarão ainda, segundo a ordem cronológica de antigüidade.

§ 5º.: A disposição da matéria em Ordem do Dia, só pode ser interrompida ou alterada por motivo de urgência especial, adiamento ou vistas, mediante requerimento por prazo determinado, apresentado no transcorrer da Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário.

**Artigo 95:** Não havendo mais matéria sujeita à deliberação do Plenário na Ordem do Dia, a Presidência anunciará sumariamente a pauta dos trabalhos da próxima sessão, concedendo em seguida a palavra para Explicação Pessoal.

**Artigo 96:** A Explicação Pessoal, não polêmica, é destinada a manifestação de Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato, em tempo máximo de (10) dez minutos, não comportando discussão.

§ 1º.: Não poderá o orador desviar-se da finalidade da Explicação Pessoal nem ser aparteado. Em caso de infração, o orador será advertido pelo Presidente e na reincidência terá a palavra cassada.

## **Da Sessão Legislativa Extraordinária**

**Artigo 97:** A convocação extraordinária da Câmara Municipal no período de recesso far-se-á:

- I. pelo Prefeito, quando este a entender necessária;
- II. pela maioria dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º.: Durante a Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 2º.: Cabe ao Presidente da Câmara determinar a data da sessão a que se referem os incisos I e II.

§ 3º.: A Sessão só poderá ser convocada com antecedência mínima de (48) quarenta e oito horas.

§ 4º.: A convocação será feita mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, o qual deverá ultimá-lo para reunir-se dentro de (05) cinco dias.

§ 5º.: A convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, quer seja ela de iniciativa do Prefeito como da maioria absoluta, devendo ser entregue com antecedência mínima de (02) dois dias;

§ 6º.: As Sessões Extraordinárias poderão realizar-se em qualquer dia da semana, inclusive domingos e feriados, em seu horário habitual;

§ 7º.: O requerimento de convocação de uma segunda sessão extraordinária, a ser realizada logo após a primeira convocada, poderá ocorrer em caráter excepcional. O citado requerimento deverá ser aprovado por maioria absoluta dos Vereadores.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 8º.: O requerimento a que se refere o parágrafo anterior somente poderá propor a inclusão para discussão e votação de matéria apreciada durante a sessão em vias de encerrar-se.

§ 9º.: O Presidente da Câmara deverá remeter aos Vereadores junto a convocação da Sessão Extraordinária, cópia da propositura que deu origem à mesma.

**Artigo 98:** Na Sessão Extraordinária não caberá parte destinada ao Expediente e nem Explicação Pessoal, sendo todo o seu tempo tomado à Ordem do Dia, iniciada após a leitura e aprovação da ata da Sessão anterior.

§ Único: Aplica-se a Sessão Extraordinária o disposto no artigo 95 deste regimento.

## **Das Sessões Solenes**

**Artigo 99:** As Sessões Solenes serão convocadas pelo Presidente por deliberação da Câmara, para fim específico que lhe for determinado, podendo ser para posse e instalação de legislatura bem como solenidade cívica ou oficiais.

§ 1º.: Essas Sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e não haverá Expediente e Ordem do Dia, dispensada ainda a leitura da ata e verificação de presença.

§ 2º.: As Sessões Solenes não terão tempo determinado para o seu encerramento.

§ 3º.: Será elaborado previamente e com ampla divulgação o programa a ser obedecido na sessão solene, podendo inclusive usar da palavra autoridades, homenageados e representantes da classe, de serviços, sempre a critério do Presidente da Câmara.

## **Das Atas**

**Artigo 100:** De cada Sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de serem submetidos a votação do Plenário.

§ 1º.: A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente.

§ 2º.: A Ata da Sessão anterior ficará a disposição dos Vereadores na Secretaria da Câmara para exame e será apreciada na Sessão subsequente.

§ 3º.: Feita a impugnação ou solicitada a retificação, a ata irá a deliberação do Plenário. Aceita a impugnação, será lavrada a retificação e a mesma incluída na Ata da Sessão, em que ocorrerá a sua votação.

§ 4º.: Aprovada a Ata ela será assinada pelo Presidente e Secretários da Mesa.

§ 5º.: A Ata da última Sessão de cada legislatura será redigida e submetida a aprovação, com qualquer número de Vereadores, no final dos trabalhos legislativos.

## **TÍTULO V**

### **Das Proposições e sua Tramitação**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições Preliminares**

**Artigo 101:** Proposição é toda matéria sujeita à deliberação ou encaminhamento do Plenário.

§ 1º.: As proposições poderão consistir em:

- a) Projetos de Lei;
- b) Projetos de Decreto Legislativo;
- c) Projeto de Resolução;

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

- d) Indicações;
- e) Substitutivos;
- f) Emendas e Subemendas;
- g) Pareceres;
- h) Vetos;
- i) Requerimentos;
- j) Moções.

§ 2º.: As proposições deverão ser datilografadas e redigidas em termos claros e sintéticos e quando sujeitas a leitura, exceto as emendas e subemendas, deverão conter ementa de seu assunto. Serão permitidas no máximo, quatro proposições por sessão a cada Vereador.

**Artigo 102:** A Presidência deixará de receber proposições que:

- I. versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara;
- II. delegar a outro poder atribuições privativas do legislativo;
- III. aludindo a lei, decreto, regulamento ou qualquer outra norma legal, não se faça acompanhar de seu texto;
- IV. fazendo menção e cláusulas de contratos ou de convênios, não os transcreve por inteiro;
- V. seja inconstitucional, ilegal ou antiregimental;
- VI. tenha sido rejeitado, não sancionado ou vetado na mesma Sessão Legislativa e não seja subscrito pela maioria absoluta da Câmara ou pelo Prefeito, a fim de ser submetido a nova discussão e votação.

§ Único: Da decisão do Presidente caberá recursos, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Redação e Justiça, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciado em Plenário.

**Artigo 103:** Considerar-se-á autor da proposição para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

§ 1º.: São de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

§ 2º.: Nos casos em que as assinaturas de uma proposição constituírem “quorum” para apresentação, não poderão ser retiradas após o seu encaminhamento à Mesa para a respectiva publicação ou leitura.

§ 3º.: Ocorrendo a hipótese definida no parágrafo 2º., a propositura terá encaminhamento normal de processo legislativo, podendo seu subscritor ou subscritores dela discordar durante a votação.

**Artigo 104:** Os processos serão organizados pela Secretaria Administrativa da Câmara, conforme regulamento baixado pela Presidência.

**Artigo 105:** Quando por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição e vencidos os prazos regimentais, a Presidência determinará a sua reconstituição, por deliberação própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

**Artigo 106:** As proposições serão submetidas aos seguintes regimes internos de tramitação:

- I. urgência;
- II. ordinária.

**Artigo 107:** A urgência é a dispensa de determinadas exigências regimentais, salvo a de número legal e de Parecer, para que determinado Projeto seja imediatamente considerado. Para a concessão deste regime de tramitação serão, obrigatoriamente, observados as seguintes normas e condições:

- I. concedida a Urgência para o projeto que não conte com Pareceres, as Comissões competentes reunir-se-ão, em conjunto ou separadamente, para elaborá-las, suspendendo-se as Sessões pelo prazo necessário;
- II. a concessão de Urgência dependerá de apresentação de requerimento escrito ou verbal, que somente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado, com necessária justificativa, e nos seguintes casos:



# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

- a) pela Mesa, em proposição de sua autoria;
  - b) por Comissão em assuntos de sua especialidade;
  - c) pela maioria simples dos Vereadores presentes.
- III. somente será considerado sob regime de Urgência, a matéria que, examinada objetivamente, evidencie necessidade premente atual, de tal sorte, que não sendo tratada desde logo resulte em grave prejuízo, perdendo sua oportunidade ou aplicação;
- IV. o requerimento de Urgência poderá ser apresentado em qualquer ocasião, mas somente será anunciado e submetido ao Plenário durante o tempo destinado à Ordem do Dia e sua aprovação dependerá do “quorum” de maioria absoluta dos Vereadores presentes.

**Artigo 108:** Tramitará em Regime de Urgência as proposições sobre:

- I. matéria emanada do Executivo, na qual a Urgência é solicitada expressamente, na forma da lei;
- II. matéria apresentada pela maioria absoluta dos membros da Câmara na qual a Urgência é solicitada expressamente, na forma da lei;
- III. licença do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- IV. constituição de Comissão Especial de Inquérito;
- V. apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;
- VI. vetos;
- VII. projetos de resolução ou de Decreto Legislativo.

## **CAPÍTULO II** **Dos Projetos**

**Artigo 109:** A Câmara exerce sua função legislativa por meio de:

- I. Projetos de Lei;
- II. Projetos de Decreto Legislativo;
- III. Projetos de Resolução.

**Artigo 110:** Projeto de Lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara e sujeita à sanção do Prefeito.

§ 1º.: A iniciativa dos Projetos de Lei será:

- I. do Vereador;
- II. da Mesa da Câmara;
- III. do Prefeito.

§ 2º.: É de competência exclusiva do Prefeito iniciativa dos Projetos de

Lei que:

- a) disponham sobre matéria financeira;
- b) criem cargos, funções ou empregos públicos e aumento de vencimentos ou vantagens dos servidores da Prefeitura;
- c) regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;
- d) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da Administração;
- e) criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal.

§ 3º.: Aos projetos oriundos da competência exclusiva do Prefeito não serão admitidas emendas que aumentem as despesas previstas, nem as que alterem a criação de cargos.

§ 4º.: As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual ou de créditos adicionais só poderão ser aprovados na forma do artigo 125 da Lei Orgânica do Município.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 5º.: Ao Projeto de Lei orçamentária não serão admitidas emendas das quais decorra aumento de despesas global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificação do seu montante, sua natureza ou seu objetivo;

§ 6º.: O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de (45) quarenta e cinco dias, contados de seu recebimento na Secretaria Administrativa da Câmara, na forma do artigo 42 da Lei Orgânica do Município.

§ 7º.: A fixação do prazo deverá ser sempre de forma expressa e poderá ser feita depois da remessa do Projeto, em qualquer fase do seu andamento considerando-se a data do seu recebimento como termo inicial;

§ 8º.: Os prazos fixados neste artigo não ocorrem nos períodos de recesso da Câmara.

§ 9º.: O disposto no parágrafo 6º. não é aplicável à tramitação dos Projetos de codificação e do orçamento anual.

§ 10: É de competência exclusiva da Mesa a iniciativa de Projetos que:

- a) criem, extingam ou transformem cargos, funções ou empregos de seus serviços;
- b) fixem ou aumentem remuneração de seus servidores;
- c) organizem e determinem funcionamento de seus serviços;
- d) autorizem a abertura de créditos suplementares ou especiais através de anulação parcial ou total de dotações da Câmara.

§ 12: Nos Projetos de Lei a que se refere a letra “b” do § 10, somente serão admitidas emendas que de qualquer forma aumentem as despesas ou número de cargos previstos, quando votados pela maioria dos membros da Câmara.

§ 13: Os Projetos de Lei que dispunham sobre a criação de cargos da Câmara deverão ser votados em dois turnos com intervalo mínimo de (48) quarenta e oito horas entre eles.

**Artigo 111:** A matéria constante do Projeto de Lei rejeitado ou não sancionado somente poderá constituir objeto de novo Projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvados as proposições de iniciativa do Prefeito.

**Artigo 112:** Aprovado o Projeto na forma regimental, o Presidente da Câmara, no prazo de (05) cinco dias úteis e enviará ao Prefeito para sanção e promulgação.

**Artigo 113:** Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda dos limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa, e não sujeito a sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara.

§ 1º.: Constitui matéria de Projeto de Decreto Legislativo:

- a) fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito e Vice-Prefeito;
- b) aprovação ou rejeição das contas do Prefeito;
- c) concessão de licença ao Prefeito ou Vice-Prefeito;
- d) autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município por mais de (15) quinze dias;
- e) criação de Comissão Especial do Inquérito, sobre fato determinado que se inclua na competência Municipal, para apuração de irregularidades;
- f) concessão de título de cidadania ou qualquer outro honorário a pessoa que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município;
- g) cassação de mandato do Prefeito e Vice-Prefeito;
- h) demais atos que independem da sanção do Prefeito e como tais definidas em lei.

§ 2º.: Será de exclusiva competência da Mesa e apresentação dos Projetos de Decreto Legislativo a que se referem as letras C, D, e E, do parágrafo anterior. Os demais poderão ser de iniciativa da Mesa, das Comissões e dos Vereadores.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**Artigo 114:** Projeto de Resolução é a propositura destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza política-administrativa e versar sobre a Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores, e não sujeito a sanção do Prefeito.

§ 1º.: Constitui matéria de Projeto de Resolução:

- a) perda de mandato de Vereador;
- b) destituição dos Membros da Mesa;
- c) fixação da remuneração dos Vereadores, antes das eleições e para vigorar na legislatura seguinte;
- d) fixação da Verba de Representação do Presidente da Câmara;
- e) elaboração e reforma do Regimento Interno;
- f) julgamento dos recursos de sua competência;
- g) constituição de Comissão Especial de Inquérito, quando o fato se referir a assuntos de economia interna da Câmara;
- h) aprovação ou rejeição das contas da Mesa;
- i) organização dos serviços administrativos, sem criação de cargos;
- j) demais atos de sua economia interna.

§ 2º.: Os Projetos de Resolução a que se referem as letras “h”, “i” e “j”, do parágrafo anterior, são de iniciativa da Mesa. Independentemente de Pareceres, com exceção dos mencionados na letra “h” quem entram para a Ordem do Dia da mesma sessão, os demais serão apreciados na sessão subsequente à apresentação da proposta inicial.

§ 3º.: Respeitado o disposto no parágrafo anterior, a iniciativa dos Projetos de Resolução poderá ser da Mesa, das Comissões e dos Vereadores, conforme dispõe o presente Regimento.

§ 4º.: Os Projetos de Resolução e de Decreto Legislativo elaborados pelas Comissões Permanentes, Especiais de Inquérito, em assunto de sua competência, serão incluídos na Ordem do Dia da Sessão seguinte ao da sua apresentação, independentemente de Parecer.

**Artigo 115:** Lido o projeto pelo 1º. Secretário, no Expediente, ressalvados os casos previstos neste Regimento, será ele encaminhado, depois de deliberado, as comissões Permanentes que, por sua natureza, devem opinar sobre o assunto.

**Artigo 116:** São requisitos dos projetos:

- I. ementa de seu objetivo;
- II. contar somente a enunciação da vontade legislativa;
- III. divisão em artigos, numerados, claros e concisos;
- IV. menção de revogação das disposições em contrário, quando for o caso;
- V. assinatura do autor;
- VI. justificção, com exposição circunstanciada dos motivos do mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

## **CAPÍTULO III Das Indicações**

**Artigo 117:** Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

§ Único: As indicações serão lidas, discutidas e votadas no expediente e se aprovada serão encaminhadas a quem de direito.

## **CAPÍTULO IV Dos Requerimentos**

**Artigo 118:** Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, dirigido ao Presidente da Câmara, sobre qualquer assunto, por Vereador ou Comissão.

§ Único: quanto a competência para decidi-los são de duas espécies:

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

—Estado de São Paulo—

- a) sujeitos a despacho do Presidente;
- b) sujeitos a deliberação do Plenário.

**Artigo 119:** Serão de alçada do Presidente e verbais, os requerimentos que solicitem:

- I. a palavra ou a desistência dela;
- II. leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- III. observância de disposição regimental;
- IV. retirada pelo autor, de requerimento ainda não submetido à deliberação do Plenário;
- V. verificação de presença ou de votação;
- VI. declaração de voto;
- VII. informações sobre os trabalhos ou a Ordem do Dia;
- VIII. requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, relacionadas com a proposição em discussão no Plenário.

**Artigo 120:** Serão de alçada do Presidente e escritos os requerimentos que solicitem:

- I. renúncia de Membro da Mesa;
- II. designação de relator especial, nos casos previstos neste Regimento;
- III. votos de pesar, por falecimento;
- IV. cópias de documentos existentes no arquivo da Câmara;
- V. juntada ou desentranhamento de documentos.

**§ Único:** A Presidência é soberana na decisão sobre os requerimentos citados neste e no artigo anterior, salvo os que, pelo próprio Regimento devam receber a sua simples anuência.

**Artigo 121:** Serão de alçada do Plenário, verbais e sem preceder discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos solicitados:

- I. prorrogação de sessão, de acordo com o artigo 87, deste regimento;
- II. destaque de matéria para votação;
- III. votação por determinado processo;
- IV. encerramento de discussão nos termos do artigo 143, III, deste Regimento.

**Artigo 122:** Serão de alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem:

- I. informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio;
- II. votos de louvor e congratulações e manifestações de protestos;
- III. audiência de Comissão, para assuntos em pauta, obedecidas as disposições deste Regimento;
- IV. inserção de documento em Ata;
- V. retirada de proposições já submetidas à discussão em Plenário;
- VI. informações solicitadas a entidades públicas ou particulares.

**§ 1º:** Estes requerimentos devem ser apresentados no Expediente da Sessão, lidos, discutidos e votados, salvo se alguma das Comissões Permanentes ligadas ao assunto em pauta, solicitar vistas para estudos mais acurados.

**§ 2º:** Na hipótese do parágrafo anterior qualquer membro da Comissão poderá requerer vistas de uma proposição, pelo prazo de (02) dois dias úteis.

**Artigo 123:** As representações de outras edilidades solicitado manifestação da Câmara sobre qualquer assunto, serão encaminhadas às Comissões Competentes, independentemente do conhecimento do Plenário.

## **CAPÍTULO V**

### **Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas**

**Artigo 124:** Substitutivo é o Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou Resolução, apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto e durante a fase de sua discussão.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ **Único:** Não é permitido ao Vereador ou Comissão apresentar substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

**Artigo 125:** Emenda é a proposição apresentada como acessório de outras.

§ **1º:** As emendas podem ser Supressivas, Substitutivas, Aditivas e Modificativas.

§ **2º:** As emendas supressivas são as que mandam suprimir em parte ou no total o artigo, parágrafo ou inciso do Projeto.

§ **3º:** As emendas substitutivas dão as que devem ser colocadas em lugar do artigo, parágrafo ou inciso do Projeto.

§ **4º:** As emendas aditivas são as que devem ser acrescentadas nos termos do artigo, parágrafo ou inciso do Projeto.

§ **5º:** As emendas modificativas são as que se referem apenas à redação do artigo, parágrafo ou inciso, sem alterar a sua substância.

**Artigo 126:** A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

**Artigo 127:** Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

**Artigo 128:** Ressalvadas a hipótese de estar a proposição em regime de urgência ou quando assinadas pela maioria absoluta da Câmara, não serão recebidas pela Mesa, substitutivo, emendas ou subemendas quando a mesma estiver sendo discutida em Plenário, os quais deverão ser apresentadas até (24) vinte e quatro horas antes do início da Sessão, para fins de publicação.

§ **1º:** Apresentado o substitutivo por Comissão competente ou pelo autor ele será discutido, preferencialmente, em lugar do projeto original. Sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o Plenário deliberará sobre a suspensão da discussão para envio à Comissão competente.

§ **2º:** Deliberando o Plenário o prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o substitutivo.

§ **3º:** As emendas e subemendas serão aceitas, discutidas e, se aprovadas o projeto será encaminhado à Comissão de Redação e Justiça para ser de novo redigido, na forma do aprovado com nova redação, conforme a aprovação de emendas e subemendas.

§ **4º:** Se a Comissão de Redação e Justiça ou a Presidência assim entender, poderá propor em que as emendas e subemendas de que trata o parágrafo anterior sejam votadas durante a própria sessão legislativa em que forem discutidas. Neste caso, a nova redação a que se refere o parágrafo 3º. será feita em Plenário, pela Comissão de Redação e Justiça.

**Artigo 129:** O Prefeito poderá propor alterações aos projetos de sua iniciativa enquanto a matéria estiver na dependência do Parecer de qualquer uma das Comissões; o Projeto somente poderá ser apreciado depois de as Comissões serem novamente ouvidas pelo Plenário.

## **CAPÍTULO VI** **Dos Recursos**

**Artigo 130:** Os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão interpostos dentro do prazo de (10) dez dias, contados da data da ocorrência por simples petição a ele dirigida.

§ **1º:** O recurso será encaminhado à Comissão de Redação e Justiça para opinar e elaborar projeto de Resolução.

§ **2º:** Apresentado o Parecer, com o Projeto de Resolução, acolhendo ou denegando recurso, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação na Ordem do Dia da primeira sessão realizada após a Comissão de Redação e Justiça efetuar sua entrega na Secretaria Administrativa.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 3º.: Os prazos marcados neste artigo são fatais e correm dia a dia.

§ 4º.: Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se ao processo de destituição.

## **CAPÍTULO VII Da Retirada de Proposição**

**Artigo 131:** O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua propositura, mediante solicitação simples ao Presidente da Câmara.

## **TÍTULO VI Dos Debates e das Deliberações**

### **CAPÍTULO I Disposições Preliminares**

**Artigo 132:** Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

§ 1º.: Terão discussão única todos os projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resoluções, Parecer do Tribunal de Contas do Estado, Requerimento, Moções e Indicações.

§ 2º.: Serão votados em dois turnos, com intervalo mínimo de (48) quarenta e oito horas entre eles, as proposições relativas a criação de cargos na Secretaria da Câmara.

§ 3º.: Estarão sujeitos a duas discussões todos os projetos de lei.

§ 4º.: Estarão sujeitos a discussão única as seguintes proposições:

- a) Indicações;
- b) Requerimentos;
- c) Pareceres emitidos, quando for o caso e circulares das Câmaras Municipais;
- d) Veto total ou parcial;
- e) Decretos Legislativos;
- f) Resoluções;
- g) Parecer do Tribunal de Contas do Estado.

**Artigo 133:** Os debates deverão realizar-se com ordem e dignidade, devendo os Vereadores cumprirem às determinações regimentais seguintes:

- I. deverão falar de pé, salvo se enfermo, exceto o Presidente;
- II. não usar a palavra sem solicitar e sem receber o consentimento do Presidente;
- III. ao referir-se ou dirigir-se a outro Vereador usar o tratamento de Senhor ou Excelência.

**Artigo 134:** Nenhum Vereador poderá usar da palavra sem que lhe seja concedida, e só poderá falar:

- I. para discutir matéria em debate;
- II. para justificar projetos ou indicações;
- III. para apresentar projetos, indicações, requerimentos e moções;
- IV. para tratar de qualquer interesse público;
- V. pela ordem;
- VI. para encaminhamento de votação;
- VII. para explicação pessoal.

§ 1º.: O Vereador poderá falar pela ordem:

- a) por ocasião da leitura do expediente e no princípio de qualquer discussão, para propor o melhor método de direção dos trabalhos;

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

b) para reclamar contra a não observância da qualquer dispositivo regimental que porventura tenha sido omitido ou não cumprido pela Mesa Diretora dos trabalhos.

§ 2º.: Para encaminhamento de votação, o Vereador só poderá falar com o fim de indicar o melhor meio de ser posta a votação a matéria.

§ 3º.: Nos casos dos parágrafos 1º. e 2º. nenhum Vereador poderá falar mais de uma vez e nem por mais de (03) três minutos.

§ 4º.: Em explicação pessoal o Vereador poderá usar da palavra uma vez e no tempo máximo de (10) dez minutos, depois de esgotada a Ordem do Dia dentro do tempo destinado a sessão e o assunto tratado não poderá ser polêmico, porquanto não comportará discussão.

**Artigo 135:** Se qualquer Vereador pretender falar sem estar com a palavra, e assim proceder contra disposição regimental, depois de adverti-lo o Presidente o convidará a sentar-se.

§ 1º.: Se apesar desta advertência e deste convite o Vereador insistir em falar, o Presidente dará o curso por encerrado.

§ 2º.: Se o Vereador insistir em perturbar a ordem ou tumultuar a Sessão, o Presidente poderá suspender e reabrir a Sessão no momento que julgar conveniente a bem da ordem dos trabalhos.

**Artigo 136:** Durante os debates o Vereador não poderá:

- a) desviar-se do assunto em debate;
- b) usar de linguagem imprópria;
- c) falar de matéria vencida;
- d) ultrapassar o tempo que lhe compete;
- e) deixar de atender as advertências do Presidente.

**Artigo 137:** A Mesa poderá retirar dos debates a serem publicados ou registrados em Ata as expressões anti-regimentais.

## **Dos Apartes**

**Artigo 138:** Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimentos relativo à matéria em debate.

§ 1º.: O aparte deve ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a (01) um minuto.

§ 2º.: Não é permitido apartear o Presidente e nem o orador que fala pela ordem, em Explicação Pessoal, para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§ 3º.: Cabe ao orador o direito de negar o aparte solicitado, neste caso, não lhe será permitido dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

## **Dos Prazos**

**Artigo 139:** Ficam estabelecidos os seguintes prazos aos oradores para o uso da palavra:

- I. para retificação ou impugnação da Ata, (02) dois minutos;
- II. para falar de tribuna durante o Expediente ou em Explicação Pessoal, (10) dez minutos;
- III. durante a discussão de:
  - a) projetos, (10) dez minutos;
  - b) veto, (10) dez minutos;
  - c) requerimento, (05) cinco minutos;
  - d) Parecer das Comissões, (10) dez minutos;
  - e) indicação, (03) três minutos;
  - f) pela ordem, (03) três minutos;

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

- g) declaração de voto, (02) dois minutos;
- h) encaminhamento de votação, (02) dois minutos;
- i) processo de cassação de mandato, (20) vinte minutos para o Vereador e (30) trinta minutos para o denunciado de o seu procurador com apartes;
- j) processo de destituição de membros da Mesa Diretora, (15) quinze minutos, para cada Vereador e (30) trinta minutos para o denunciado e (20) vinte minutos para o relator, todos com aparte;
- l) para os projetos de codificação e de orçamento, (15) quinze minutos para cada Vereador.

## **Do Adiamento**

**Artigo 140:** O adiamento de qualquer proposição estará sujeito à deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto durante a discussão da mesma, somente se requerido no início da Ordem do Dia ou no início de sua discussão.

§ **Único:** O adiamento deverá ser proposto por tempo determinado, contados em dias, não podendo exceder o prazo para deliberação da proposição.

## **Do Encerramento**

**Artigo 141:** O encerramento da discussão dar-se-á:

- I. por inexistência de orador escrito;
- II. por decurso de prazo regimentais;
- III. a requerimento de qualquer Vereador, mediante deliberação do Plenário.

§ **Único:** O encerramento da discussão, nos termos do inciso III do presente artigo, só poderá ser proposto quando sobre a matéria já tenham falado, pelo menos, (04) quatro Vereadores

## **CAPÍTULO II Das Votações**

### **Disposições Preliminares**

**Artigo 142:** Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ **1º:** Se, no decorrer da votação esgotar-se o tempo destinado à Sessão esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria.

**Artigo 143:** O Vereador presente a sessão não poderá recusar-se a votar, devendo porém, abster-se quando tiver interesse pessoal na deliberação, sob pena da nulidade da votação, quando seu voto for decisivo.

§ **Único:** O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se todavia, sua presença para efeito de “quorum”.

**Artigo 144:** O voto será público, nas deliberações da Câmara, salvo nos seguintes casos:

- I. na eleição dos membros da Mesa e dos seus substitutos, bem como no preenchimento de qualquer vaga;
- II. no julgamento de seus pares, do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- III. nas deliberações sobre concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
- IV. na votação de veto aposto pelo Prefeito.

**Artigo 145:** As deliberações do Plenário serão tomadas:



# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

1. por maioria absoluta de votos;
2. por maioria simples de voto;
3. por (2/3) dois terços dos membros da Câmara.

§ 1º.: A maioria absoluta diz respeito à totalidade dos membros da Câmara e a maioria simples à dos Vereadores presentes a Sessão.

§ 2º.: As deliberações, salvo disposições em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos Vereadores.

**Artigo 146:** Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e alteração das seguintes leis complementares:

1. Código Tributário do Município;
2. Código de Obras e Edificações;
3. Estatuto dos Servidores Municipais;
4. Regimento Interno da Câmara Municipal;
5. Criação de cargos e aumento de vencimentos dos Servidores;
6. Plano Diretor do Município;
7. Zoneamento Urbano e Direitos Suplementares de Uso e Ocupação do Solo;
8. Concessão de Serviços Públicos;
9. Concessão de Direito Real ou Uso;
10. Alienação de Bens Imóveis;
11. Aquisição de Bens Imóveis por doação com encargos.

**Artigo 147:** Dependerão do voto favorável de (2/3) dois terços dos membros da Câmara:

1. Emenda à Lei Orgânica do Município;
2. Perda de mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador;
3. Rejeição do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado;
4. Concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outras honrarias ou homenagem;
5. Aprovação de representação solicitando a alteração do nome do Município;
6. Destituição de componentes da Mesa.

**Artigo 148:** A aprovação de matéria que trata de leis ordinárias, salvo as exceções previstas nos artigos 148 e 149 deste Regimento, dependerá do voto favorável da maioria simples dos Vereadores presentes à Sessão.

**Artigo 149:** A partir do instante em que o Presidente da Câmara declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento de votação, ressalvadas os impedimentos regimentais.

§ Único: No encaminhamento da votação será assegurado a cada bancada por um de seus membros, falar apenas uma vez e por (02) dois minutos para propor a seus pares a orientação ao mérito da matéria a ser votada, sendo vedados apartes.

## **Do Processo de Votação**

**Artigo 150:** São (03) três os processos de votação:

- I. Simbólico;
- II. Nominal;
- III. Secreto.

§ 1º.: O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apuradas pela forma estabelecida no parágrafo seguinte.

§ 2º.: Quando o Presidente submeter qualquer matéria à votação pelo processo simbólico, convidará os Vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os contrários e se levantarem, procedendo em seguida à necessária contagem e proclamação do resultado.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 3º.: O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.

§ 4º.: Proceder-se-á obrigatoriamente à votação nominal para:

- a) votação do Parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Prefeito e da Mesa;
- b) Composição de Comissão Permanente;
- c) outorga de concessão de serviços públicos;
- d) outorga de direito real de concessão de uso;
- e) alienação de bens imóveis;
- f) aquisição de bens imóveis por doação com encargos.

§ 5º.: O processo de votação secreta utilizado nos seguintes casos:

- a) eleição da Mesa;
- b) cassação do mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- c) concessão de título honorífico ou qualquer honraria ou homenagem;
- d) veto do Prefeito.

**Artigo 151:** Preferência é a primazia da discussão ou votação de uma proposição sobre outra, requerida por escrito e aprovada pelo Plenário.

§ 1º.: Terão preferência para votação as emendas e substitutivos oriundos das Comissões, e em primeiro lugar da Comissão de Redação e Justiça, se for o caso.

§ 2º.: Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, por parte que não seja da Comissão Permanente, a preferência recairá sobre a que for apresentada primeiro.

## **Da Verificação**

**Artigo 152:** Se houver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica o Vereador poderá requerer verificação nominal de votação, que deverá obrigatoriamente ser atendido pelo Presidente.

§ Único: Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

**Artigo 153:** Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrária ou favoravelmente à matéria votada.

**Artigo 154:** A declaração de voto far-se-á de uma só vez, depois de concluída por inteiro a votação de todas as peças do processo.

§ 1º.: Em declaração de voto cada Vereador dispõe de (02) dois minutos sendo vedados os apartes.

§ 2º.: Quando a declaração de voto estiver formulada por escrito poderá o Vereador solicitar a sua inclusão no respectivo processo e na Ata dos Trabalhos, em inteiro teor.

## **TÍTULO VII**

### **Elaboração Legislativa Especial**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Dos Códigos**

**Artigo 155:** Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover, completamente, a matéria tratada.

**Artigo 156:** Os projetos de Códigos, depois de apresentados ao Plenário serão publicados e distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Redação e Justiça.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

—Estado de São Paulo—

§ 1º.: Durante o prazo de (10) dez dias poderão os Vereadores encaminhar à Comissão, emendas a respeito.

§ 2º.: A Comissão terá mais (15) quinze dias para exarar Parecer ao Projeto e às emendas apresentadas, podendo não aceitá-las.

**Artigo 157:** Em primeira discussão o Projeto será discutido e votado por capítulos, salvo requerimento de destaque, aprovado pelo Plenário.

**Artigo 158:** Se a Comissão não exara Parecer no prazo que lhe é concedido será o Projeto incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte, oportunidade em que as emendas serão apreciadas pelo Plenário.

## **CAPÍTULO II Do Orçamento**

**Artigo 159:** O projeto de lei orçamentária será enviado pelo Executivo à Câmara Municipal até (30) trinta de setembro.

§ Único: Se não receber a proposta orçamentária no prazo mencionado neste artigo, a Câmara considerará como proposta a lei do orçamento vigente.

**Artigo 160:** O Presidente da Câmara, recebido o orçamento, mandará copiá-lo e distribuí-lo aos Vereadores, enviando-o à Comissão de Finanças e Orçamento para que a mesma apresente Parecer dentro de (20) vinte dias, após o que ela fará entrega do mesmo à Secretaria Administrativa da Câmara para recebimento de emenda por parte dos Vereadores, dentro do prazo de (03) três dias, os mesmos deverão apresentar emendas que entrarão em primeira discussão.

§ Único: Esgotado este prazo, a Comissão de Finanças e Orçamento terá (05) cinco dias de prazo para exarar Parecer sobre as emendas, devendo o mesmo ser incluído na Ordem do Dia subsequente, com ou sem o Parecer.

**Artigo 161:** Aprovado em primeira discussão, o Projeto de orçamento será enviado à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá (05) cinco dias para redigi-lo de acordo com o resultado da primeira discussão.

§ Único: Esgotado este prazo o projeto permanecerá na Secretaria Administrativa da Câmara por mais (03) três dias para receber emendas destinadas à segunda discussão.

**Artigo 162:** A Comissão de Finanças e Orçamento disporá de (03) três dias para exarar Parecer sobre as emendas apresentadas para a segunda discussão, devendo no dia seguinte ser entregue na Secretaria Administrativa da Câmara para ser incluído na Ordem do Dia da Sessão subsequente.

**Artigo 163:** As discussões e votação do Projeto do orçamento e das emendas obedecerão o disposto neste Regimento.

**Artigo 164:** Aprovado em segunda discussão de Finanças e Orçamento terá (03) três dias para redigir o orçamento, de acordo com o resultado desta votação, a fim de que o projeto seja enviado à sanção do Prefeito.

**Artigo 165:** A Câmara funcionará, se necessário em sessões extraordinárias, de modo que a discussão e votação do orçamento estejam concluídas até (30) trinta de novembro.

**Artigo 166:** Aplicam-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto neste Capítulo, as regras do processo legislativo e o disposto nos artigos 123 a 128 da Lei Orgânica do Município.

**Artigo 167:** Aplicam-se ao orçamento plurianual e às diretrizes orçamentárias as regras estabelecidas nos artigos 123 a 128 da Lei Orgânica do Município.

## **CAPÍTULO III Da Tomada de Contas do Prefeito e da Mesa**

**Artigo 168:** A Mesa da Câmara enviará suas contas anuais ao Executivo até o dia 01 de março do exercício seguinte, para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas competente.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

**Artigo 169:** O Presidente da Câmara apresentará até o dia 20 de cada mês o balanço relativo a recursos recebidos e as despesas do mês anterior e providenciará sua publicação, mediante edital afixado no edifício da Câmara.

**Artigo 170:** O Prefeito encaminhará até o dia 20 de cada mês a Câmara, o balancete relativo a Receita e Despesa do mês anterior.

**Artigo 171:** Recebidos os processos do Tribunal de Contas do Estado com os respectivos Pareceres prévios, a Mesa os mandará à Comissão de Finanças e Orçamento, no prazo de (03) três dias.

§ 1º.: A Comissão de Finanças e Orçamento terá o prazo de (20) vinte dias para apreciar o Parecer do Tribunal de Contas, concluindo por Projeto de Decreto Legislativo e de Resolução, relativos as contas do Prefeito e da Mesa, respectivamente, dispondo sobre sua aprovação ou rejeição. Findo este prazo o processo ficará à disposição dos Vereadores na Secretaria Administrativa da Câmara por (05) cinco dias.

§ 2º.: Findo este último prazo e sem que a Comissão tenha se manifestado, o Presidente deverá incluir a matéria na Ordem do Dia da Sessão subsequente com ou sem Parecer.

**Artigo 172:** A Câmara tem o prazo máximo de (60) sessenta dia a contar do recebimento do Parecer prévio do Tribunal de Contas para julgar as contas do Prefeito e da Mesa.

**Artigo 173:** A Comissão de Finanças e Orçamento, para emitir seu Parecer, poderá vistoriar obras e serviços, examinar processos e documentos nas repartições da Prefeitura Municipal e da Câmara, e conforme o caso, poderá solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito e Presidente da Câmara, por ofício direto, tendo por objetivo aclarar as partes obscuras.

## **TÍTULO VIII**

### **Da Promulgação das Leis, Decretos Legislativos, Resoluções**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

##### **Da Sanção, do Veto e da Promulgação**

**Artigo 174:** Aprovado um Projeto de Lei, na forma regimental, será ele enviado ao Prefeito para fins de sanção e promulgação no prazo de (10) dez dias.

§ 1º.: O Membro da Mesa não poderá, sob pena de destituição, recusar-se a assinar o autógrafo.

§ 2º.: Decorrido o prazo de (15) quinze dias úteis, contados do recebimento do respectivo autógrafo, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

**Artigo 175:** Se o Prefeito julgar o Projeto, no todo ou em parte inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de (15) quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de (48) quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto.

§ 1º.: O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º.: As razões eduzidas no veto serão apreciadas, no prazo de (30) trinta dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão.

§ 3º.: O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação em escrutínio secreto.

§ 4º.: Esgotado sem deliberação o prazo previsto no parágrafo 2º. deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediatamente seguinte, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias que tratam o parágrafo 1º. do artigo 42 da Lei Orgânica do Município.

§ 5º.: Se o veto for rejeitado será enviado ao Prefeito em (48) quarenta e oito horas, para promulgação.

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

§ 6º.: Se o Prefeito não promulgar a lei em (48) quarenta e oito horas, nos casos de sanção tácita ou rejeição do veto, o Presidente da Câmara a promulgará, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, em igual faze-lo.

§ 7º.: A lei promulgada nos termos do parágrafo anterior produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º.: Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da Lei original, observado o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§ 9º.: O prazo previsto no parágrafo 2º. não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10: A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11: Recebido o veto pela Presidência da Câmara, será ele encaminhado à Comissão de Redação e Justiça, que poderá solicitar audiência de outras Comissões.

§ 12: As Comissões tem o prazo conjunto e improrrogável de (10) dez dias para a manifestação.

§ 13: Se a Comissão não se manifestar no prazo indicado, a Presidência deverá incluir a proposição na pauta da Ordem do Dia da Sessão imediata, independentemente de Parecer.

§ 14: A Mesa convocará sessões extraordinárias para discutir o veto se não se realizar sessão ordinária, tendo em vista que o mesmo seja apreciado dentro de (30) trinta dias contados de seu recebimento.

**Artigo 176:** A matéria constante do projeto de lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta do Prefeito ou da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ Único: Na promulgação de leis, decretos legislativos e resoluções, pelo Presidente da Câmara, serão utilizadas as seguintes cláusulas promulgatórias:

**I. Leis (sanção tácita):**

“O Presidente da Câmara Municipal de Mirassolândia,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Mirassolândia aprovou e eu, nos termos do § 6º. do artigo 44 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte lei:”

Leis (veto total ou rejeitado):

“O Presidente da Câmara Municipal de Mirassolândia,  
Faço saber que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º. do artigo 44 da Lei Orgânica do Município, a seguinte lei:

Leis (veto parcial rejeitado):

“O Presidente da Câmara Municipal de Mirassolândia,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Mirassolândia, manteve e eu promulgo, nos termos do § 6º. do artigo 44, da Lei Orgânica do Município os seguintes dispositivos:

**II. Decretos Legislativos e Resoluções:**

“O Presidente da Câmara Municipal de Mirassolândia,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Mirassolândia, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo (Resolução)”.

**Artigo 177:** Para promulgação de leis, com sanção tácita ou por rejeição de vetos totais, utilizar-se-á numeração subsequente aquela existente na Prefeitura Municipal. Quando se tratar de veto parcial, a lei terá o mesmo número da anterior a que pertence.

**Artigo 178:** O Projeto de Lei que receber, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões, pela maioria de seus membros, a que for enviado, será tido como rejeitado.

## TÍTULO IV

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

## **Do Prefeito e do Vice-Prefeito**

### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **Do Subsídio da Verba de Representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara**

**Artigo 179:** A fixação dos subsídios do Prefeito e a verba de representação do mesmo e do Vice-Prefeito, será feita através de Decreto Legislativo e a verba de representação do Presidente da Câmara será feita através de Resolução, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Município e por este Regimento, antes das eleições e para vigorar na legislatura seguinte, obedecidos os seguintes critérios:

- I. Não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago a servidor do Município e deverá obedecer o disposto nos artigos 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal.
- II. Poderão ser fixadas quantias progressivas para cada ano do mandato assim como fixar correção monetária de seu valor.

**Artigo 180:** A verba de representação do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada pela Câmara Municipal, antes das eleições e para vigorar na legislatura seguinte.

§ **Único:** A verba de representação do Vice-Prefeito, não excederá a metade da fixada para o Prefeito.

## **TÍTULO X**

### **Da Polícia Interna**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

**Artigo 181:** O policiamento do recinto da Câmara compete privativamente à Presidência e será feito normalmente por seus funcionários, podendo ser requisitados os elementos de corporação civis ou militares para manter a ordem.

**Artigo 182:** Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara e freqüentar suas dependências na parte do recinto destinada ao público desde que:

- a) apresente-se decentemente trajado;
- b) conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- c) não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passe no plenário;
- d) atenda as determinações da Presidência;
- e) respeite os Vereadores e os funcionários da Câmara.

§ **1º:** Pela inobservância desses deveres deverá o Presidente determinar que o infrator retire-se do recinto, sem prejuízos de outras medidas cabíveis.

§ **2º:** O Presidente poderá determinar a retirada de todos os assistentes, se a medida for por ele julgada necessária.

§ **3º:** Se, no recinto da Câmara, foi cometida qualquer infração penal o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente para lavratura de auto, e instauração do processo crime correspondente, deverá comunicar o fato à autoridade competente para a instauração do inquérito.

**Artigo 183:** No recinto do Plenário e em outras dependências serão permitidas as presenças dos Vereadores, Ex-Vereadores, funcionários da Câmara, pessoas devidamente convidadas e a imprensa.

## **TÍTULO XI**

### **Disposições Gerais**

# *Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

## **CAPÍTULO ÚNICO**

**Artigo 184:** Os prazos previstos neste Regimento não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

§ 1º.: Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

§ 2º.: Na contagem dos prazos regimentais observar-se-á, no que for aplicável, a legislação civil.

**Artigo 185:** A tribuna da Câmara poderá ser utilizada por pessoas estranhas, observados os requisitos e condições estabelecidas nas disposições seguintes:

§ 1º.: O uso da Tribuna por pessoa não integrante da Câmara, somente será facultado (10) dez minutos após o término da Ordem do Dia, mediante inscrição prévia, nos termos deste Regimento.

§ 2º.: Para fazer uso da Tribuna é preciso:

- I. comprovar ser eleitor do município;
- II. proceder a sua inscrição em livro próprio, na Secretaria da Câmara;
- III. indicar expressamente, no ato da inscrição, a matéria a ser exposta.

§ 3º.: O Presidente poderá indeferir o uso da Tribuna, quando:

- I. a matéria não disser respeito, direta ou indiretamente ao Município;
- II. a matéria tiver conteúdo político-ideológico ou versar sobre questões exclusivamente pessoais.

§ 4º.: A decisão do Presidente será irrecorrível.

§ 5º.: A pessoa que ocupar a Tribuna poderá usar da palavra por (10) dez minutos.

§ 6º.: O Presidente poderá cassar imediatamente a palavra do orador que se expressar com linguagem imprópria ou desrespeitar à Câmara ou infringir o disposto no § 4º.

§ 7º.: Qualquer Vereador poderá fazer uso da palavra após a exposição do orador inscrito, pelo prazo de (10) dez minutos.

## **TÍTULO XII**

### **Disposições Transitórias**

## **CAPÍTULO ÚNICO**

**Artigo 186:** Ficam revogadas todos os procedentes regimentais anteriormente firmados.

**Artigo 187:** Os casos omissos ou dúvidas que eventualmente surjam quanto a tramitação a ser dada a qualquer processo serão submetidas na esfera administrativa, por escrito e com sugestões julgadas convenientes e aplicado em casos análogos.

**Artigo 188:** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Mirassolândia, 21 de junho de 1.991.

ANTONIO FREITAS ASSUNÇÃO FILHO  
Presidente da Câmara

ANOEL BRIGATTI MASSARO

DAVID PAVANETE

*Câmara Municipal de Mirassolândia*

Estado de São Paulo

---

1º. Secretário

2º. Secretário